

DURKHEIM E WEBER: ALGUMAS PARTICULARIDADES METODOLÓGICAS

DURKHEIM AND WEBER: SOME METHODOLOGICAL PARTICULARITIES

Líbia Kicela Goulart¹

Silvia Goulart Ferreira²

Dulce Helena Pontes-Ribeiro³

RESUMO: O estudo ora apresentado resulta de leituras dos clássicos da Sociologia Durkheim (2002; 1975; 1968; 1955) e Weber (2003; 1999; 1998; 1979) com o objetivo de apontar certas convergências e divergências no método de cada um a partir da contextualização sócio-histórica em que viveram sem, contudo, exaurir o tema. Infere-se que a voz de ambos reverbera nas reflexões respeitantes a situações atuais.

Palavras-chave: Sociologia. Contextualização. Reflexões.

ABSTRACT: The study presented here results from readings of the classics of Sociology Durkheim (2002; 1975; 1968; 1955) and Weber (2003; 1999; 1998; 1979) with the objective of pointing out certain convergences and divergences in the method of each one from the contextualization socio-historical context in which they lived without, however, exhausting the theme. It is inferred that the voice of both reverberates in the reflections regarding current situations.

138

Keywords: Sociology. Contextualization. Reflections.

INTRODUÇÃO

Na metade do século XIX, o saber científico denominado Sociologia (termo cunhado por Auguste Comte [1798-1857]) floresce no continente europeu que entrava na modernidade após um longo período de mudanças que se arrastavam desde o século XVI nos domínios econômicos, políticos e sociais com as marcas de racionalismo, empirismo e iluminismo de uma Europa instável, em crise nos diversos âmbitos de ordem material, cultural e moral.

¹Doutoranda em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf). Mestre em Ciências das Religiões (Unidas de Vitória/ES). Especialista em Processo Civil (PUC/MG). Graduada em Direito (Universidade Iguazu, campus V) e em Serviço Social (UFF). Atua como advogada e também como professora do Centro Universitário UniRedentor/Afya (Itaperuna/RJ).

²Mestra em Língua Portuguesa (UFRJ). Pós-graduada em Docência do Ensino Superior (UniFS) e em Gestão Escolar. Graduada em Letras (UniFS) e em Pedagogia (UNIFAEL). Professora do Ensino Fundamental e Médio da rede Municipal e Estadual. Atualmente atua como Diretora Adjunta da rede Municipal.

³Doutora em Língua Portuguesa. Mestra em Educação. Especialista em Língua Portuguesa e em Semiótica Discursiva. Graduada em Letras. Professora do Ensino Superior. Revisora de textos científicos, acadêmicos, TCC, livros e etc.

Essa ciência vem para interpretar e explicar a situação caótica social, e é com Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920) que ela se estabelece como disciplina acadêmica, os quais delinearão e investigaram uma gama de temas e lhe conferiram uma definição sociológica distinta.

Dentre suas produções, uma avultada parte se atém à argumentação do método de pesquisa apropriado à Sociologia, o que, aliás, é objeto deste estudo, cujo objetivo é apontar alguns pontos de vista convergentes e divergentes a esse respeito ao mesmo tempo em que se procura responder a esta questão-problema: qual o ponto de partida de análise metodológica de Durkheim e de Weber?

Nesse empenho, o primeiro passo é apresentar alguns momentos marcantes do cenário sociopolítico da França e da Alemanha para melhor entender o que mais influenciou o pensamento desses dois sociólogos; depois, vem a apresentação do método de cada um; por último, expõe-se o que se detectou de semelhantes e divergente nos modos de análise deles e o porquê de tantas dissonâncias.

A França de Durkheim e a Alemanha de Weber: segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX

Vulnerabilidade política e guerras civis assinalaram o lapso temporal de 1870 a 1940 vivenciado pela França por ocasião da Terceira República. O clima tenso, permeado de contradições, colocava em xeque as funções ancestrais da família e da igreja de um povo desintegrado. Também a Revolução Industrial (iniciada na segunda metade do século XVIII na Inglaterra) chega à França no século XIX com o desenvolvimento das ferrovias. A importância da vida nas cidades atraía o povo do campo, a despeito de nelas faltar infraestruturas como saneamento básico, de modo que os trabalhadores conviviam em condições precárias, sem higiene, e constantemente ameaçados pelo desemprego. Impunha-se à sociedade moderna a força implacável de transformação do industrialismo.

Durkheim via aí a necessidade de restabelecer a coesão social a partir de princípios modernos capazes desintonizar os elementos da sociedade. Sendo ele um liberal democrata inclinado a restaurar os ideais revolucionários da Revolução de 1789, amparou-se na filosofia de Comte (1798-1857), isto é, na teoria positivista, crendo na instituição de uma religião de teor secular a fim de configurar um perfil emergente aos valores e instituições enfraquecidos.

Por seu turno, a partir dos anos 1870, a Alemanha fora unificada em um Estado nacional pelos reinos germânico e prussiano. Essa unificação transformou por completo as

bases de poder europeias e a Alemanha se tornou uma nação hegemônica. Muitas foram as tensões no continente e que culminariam no início da Primeira Guerra Mundial. No campo intelectual, a Alemanha vivenciava uma veemente polêmica entre a concepção social e filosófica e o positivismo. Os alemães, em geral, eram antipositivistas. Neokantianos como Wilhelm Dilthey (1833-1911) distinguiam ciências naturais (modo explicativo: relação entre causa e efeito dos fenômenos) de ciências humanas (modo compreensivo: extração de sentido dos fatos). Contrapondo-se à razão científica positivista, Dilthey elege a razão histórica para a compreensão do fenômeno social.

A formação intelectual de Weber se dá nesse contexto de debates acerca da metodologia das ciências sociais e, além disso, fora fomentada pelo estudo do capitalismo (sistema econômico triunfante em sociedades protestantes, que tem Marx [1818-1883] como um dos pensadores de maior impacto sobre essa temática), pelo Tratado de Versalhes (acordo de paz, após a Primeira Guerra, no qual a Alemanha, além de vencida, fora considerada culpada pelas destruições bélicas) e pela “formulação da Constituição de Weimar”(primeira república alemã, promulgada após a Guerra, que colapsou uma civilização). Ao tratar de conhecimento, poder, ética e modernidade, Weber foi muito influenciado por Nietzsche (1844-1900).

Durkheim e Weber: a questão do método

A despeito das particularidades de cada um, os estudiosos do século XIX, em geral, herdaram a filosofia iluminista e viam a imprescindibilidade de criação de um sistema científico e moral sintonizado com a estruturação industrial emergente, já que a velha ordem não mais se sustentava.

Durkheim acreditava na potência inabalável da lei do progresso a governar a humanidade, que avançava na direção de sua paulatina evolução. E a vida social, por seu turno, se tornou o objeto específico das ciências sociais, reclamando dos cientistas sociais a mesma postura dos cientistas naturais: a utilização de métodos positivos fundamentados em observação, indução e experimentação para a coleta de dados de modo que a Sociologia (embasada em sólidas bases empíricas) se isente de noções vulgares e afetividade.

Sobre Sociologia, Durkheim (2002, p. XXVIII) a define como a ciência “das instituições, da sua gênese e do seu funcionamento”, isto é, de “toda crença, todo comportamento instituído pela coletividade”. A ciência social é para ele uma manifestação da consciência racional das sociedades modernas. Ele distingue a necessidade do diálogo com

as disciplinas História, Economia e Psicologia, mas indica as fronteiras de cada uma na interpretação dos fatos sociais. Nota-se, pois, que Durkheim foi além do positivismo comtiano ao se atentar para o advento de outras representações, ideais, crenças decorrentes das sociedades industriais imersas em contextos revolucionários que tanto intensificavam a vida social.

Além da influência de Comte, Durkheim é influenciado pelo racionalismo filosófico de Kant e pelo evolucionismo de Darwin, porém ele recompõe partes dessas ideias numa nova sistematização; outras tantas de seu tempo, ele chega a contestar. Ele elaborou uma categorização de espécies fundamentada no exame de níveis de desenvolvimento de certa sociedade, de forma que o que o normal em uma sociedade primitiva não o é em uma sociedade complexa. Para ele, o sociólogo, diante dos fatos, precisa ter a conduta que o cientista tem diante do seu objeto, ainda inexplorado cientificamente. “Seu papel é o de exprimir a realidade, não o de julgá-la” (DURKHEIM, 1955, p. 47). Entretanto tal semelhança se encerra aí, já que os fatos entre essas duas ciências se distinguem: um é do reino social, outro é do reino natural.

Durkheim busca um método especificamente sociológico para investigar fenômenos estritamente delimitados, que estabeleça regras na observação dos fatos sociais, relações possíveis de causa e efeito, suas reiteraões visando à revelação de leis, inclusive de “regras de ação para o futuro”. Há, no reino social, sentimentos característicos de uma força e uma singularidade inexistentes num indivíduo cuja análise demanda por método especial. Mas, como definir esse método? O próprio Durkheim (1975, p. 133) responde: “Primeiro, há que estudar a sociedade no seu aspecto exterior”, o que envolve toda a massa populacional, dimensão e configuração de certo território, sua vizinhança e como se operam as vias de comunicação com ela. Os fatores envolvendo fenômenos coletivos são importantes na vida social, pois se constituem o seu substrato.

Ampliar/justapor/somar vidas individuais é bem diferente de vida coletiva (vida do todo) a qual é assaz complexa e indiferente aos elementos que a compõem, uma vez que as particularidades pessoais agregadas, articuladas e consubstanciadas resultam em algo distinto, *sui generis* e extrínseco às particularidades individuais e às suas exteriorizações. Engajado nessa concepção Durkheim (1968, p. 445), define sociedade como

[...] o mais poderoso feixe de forças físicas e morais cujo resultado a natureza nos oferece. Em nenhuma parte, encontra-se tal riqueza de materiais diversos levado a tal grau de concentração. Não é surpreendente, pois, que uma vida mais alta se

desprenda dela e que, reagindo sobre os elementos dos quais resulta, eleve-os a uma forma superior de existência e os transforme.

Os modos de agir/interagir dos indivíduos de uma sociedade, ou mesmo um grupo, para Durkheim, constituem o que ele chama de fato social, o qual tem vida própria e exerce sobre cada indivíduo uma autoridade nos modos de agir/pensar/sentir, os quais variam sendo ora mais fluidos ora mais coercitivos; variam também no tempo (modos de vestir, conversar etc.). Mas há os já cristalizados como dogmas religiosos, regras morais, jurídicas etc. O fato social é, então, um imperativo a coagir condutas e modos de pensar/sentir dos membros de uma sociedade; é uma realidade objetiva, isto é, externa aos indivíduos e com ascendência sobre eles. Diante dos fatos sociais, é indispensável que o sociólogo se mantenha sistematicamente isento de pré-noções e os considere como coisas. Os fenômenos tratados precisam ser definidos previamente e considerados com objetividade, alheio a suas manifestações individuais.

Por sua vez, Weber (1998, p. 3) entende a sociedade com mais profundidade e a Sociologia como “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”. Ação, para ele, tem dois sentidos: o de qualquer conduta individual do homem e ação social, cujo sentido, “visado pelo agente ou agentes, refere-se ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso” (Ibidem). A conduta de um indivíduo subjetivamente conduz o comportamento de outrem. Enfim, o seu estudo tem como referente o homem, o “homem situado na sociedade envolvida na mudança histórica” (Ibidem, p. 6), o que significa apreender o sentido de suas ações.

Weber (1979, p. 180) via na ciência de sua época “uma vocação organizada em disciplinas especiais a serviço do auto esclarecimento e conhecimento de fatos inter-relacionados”, “um procedimento altamente racional” que procura explicar as consequências de determinados atos”. Ele defende o método compreensivo, que não se esgota no aspecto exterior das ações dos indivíduos, mas busca entender os sentidos profundos que subjazem a essas ações, o que abrange a complexidade das significações sociais.

A observação dos fatos é imprescindível para o investigador social, mas este não pode se restringir a métodos naturais. Compete-lhe a compreensão do sentido das ações sociais em relação a objeto, meios e fins, encontrando nelas os nexos causais que as regulam; compete-lhe a captação da relação de sentido respeitante à ação humana, ao conteúdo simbólico que desta se extrai; apenas as ações compreensíveis podem ser objeto da

Sociologia. Assim se daria o conhecimento de um fenômeno social, e não pela explicação da relação de causa e efeito, mas como fato repleto de sentidos, que entremostra outros fatos e que apenas na dependência destes seu conhecimento se daria de modo amplo.

Por certo, o pesquisador, como toda e qualquer pessoa, está impregnado de valores. O próprio Weber (2003, p. 101) diz que “não existe qualquer análise científica puramente objetiva da vida cultura”; entretanto, o método compreensivo demanda dele distanciamento para, assim, se chegar à neutralidade axiológica. Mas Weber insiste ser possível se chegar ao conhecimento objetivo no domínio das ciências sociais, ainda que seu objeto de conhecimento esteja sempre num universo de valores. Ele deixa claro que a relação aos valores é uma estratégia de triagem a fim de sistematizar objetivamente a ciência, o que difere de juízo/julgamento de valor, que é uma declaração moral ou vital. “Juízos de valor não deveriam ser extraídos de maneira nenhuma da análise científica, devido ao fato de derivarem, em última instância, de determinados ideais e de, por isso, terem origens subjetivas” (WEBER, 1999, p. 109). Afinal, para que o cientista social recorte seu objeto de análise, é permitido se situar na presença de valores, mas ao fazer ciência é indispensável aparta-se de juízos de valor.

Sendo o objeto da Sociologia uma realidade infinita, dificultando sobretudo a sua análise, Weber vê a necessidade da construção de tipos ideais representativos de esquemas conceituais onde estão contidas em abundância determinadas particularidades do fenômeno concreto que permitem comparar objetiva e cientificamente com a realidade empírica. Eles não existem de fato; trata-se de um mecanismo técnico, um conceito genérico, elaborado para possibilitar a análise da realidade social; eles devem corresponder ao mais alto grau de racionalidade.

Para Weber, o que o cientista social faz é compilar uma gama de fatores capazes de conferir sentido à realidade particular, e o significado emerge de relações singulares, de relações causais estabelecidas pelas leis sociais, as quais são as regras de probabilidade. Ele desaprova a viabilidade de uma ciência social que restrinja a realidade empírica a leis, já que conhecer leis não garante a compreensão do que é socialmente real. Compreensão para Weber (1998, p. 6) é a

Apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido: a) efetivamente visado no caso individual; b) visado em média e aproximadamente; e c) o sentido ou conexão de sentido a ser construído cientificamente (como ideal-típico) para o tipo puro (tipo ideal) de um fenômeno frequente.

E, assim, se dá a compreensão causal (ou multicausal) do fenômeno, o qual é sempre único, e também se dá a compreensão da ação individual.

Semelhanças e divergências entre os métodos durkheimiano e weberiano

A despeito de metodologias distintas, a durkheimiana e a weberiana se assemelham em certos pontos como, por exemplo: 1) a indispensabilidade da sociologia comparativa na investigação das sociedades; 2) a relevância da categorização na estruturação da experiência humana, que demanda a elaboração de conceitos gerais aplicáveis a casos particulares e que possibilita a formulação de teorias gerais sobre a sociedade; 3) a criação de tipos ideais como ferramenta sinóptica de interpretação/ compreensão complexa do fenômeno sociológico; 4) o uso de métodos empíricos nas hipóteses relacionando causas e efeitos na observação da sociedade; 5) a precedência das teorias sobre religião no exame da história primitiva do homem, já que, enraizada na sociedade, a religião é mais reflexo desta do que o real sobrenatural externo; 6) obras escritas em fins do século XIX com ênfase na aplicação de método científico para o estudo da sociedade, o qual deveria ser objetivo, contribuindo, sobretudo, para a perspectiva sociológica.

Estabelecidas essas semelhanças dentre outras ora não mencionadas, as

 144
dessemelhanças também se abundam como, por exemplo, algumas aqui lembradas. Enquanto Durkheim colocou em evidência o papel da moral, da solidariedade, da diferenciação social e do social como realidade emergente, enfatizou a influência mensurável e objetiva nos indivíduos e cunhou o fato social para indicar que havia forças externas ao indivíduo a afetarem o seu comportamento, utilizando para esta compreensão taxas de suicídio, o que Weber evidenciou foi a compreensão do sentido (uma visão evolutiva sofisticada e plural sobre valores e motivações da ação) e a relação entre ideias, instituições e interesses. Ele demonstrou uma compreensão mais profunda da sociedade ao dar ênfase aos significados subjetivos dos indivíduos sobre seu próprio comportamento; e para entendê-los, ele criou um esquema denominado “tipo ideal”, o qual representa conceitos genéricos, isto é, protótipos com os quais a realidade empírica deve ser comparada.

Respeitante à religião, Durkheim a considerou um sistema de forças, mais que de ideias; viu nela a expressão da sociedade e que, por desempenhar um papel de coesão social, sempre terá o seu espaço. Transcendente à religião, admitiu, em sua teoria política, a necessidade de uma nova moral niveladora do descompasso entre estrutura e interação social, uma vez que concebia como o grande problema do mundo moderno a anomia

(ausência de normas sociais e morais). Diferentemente, Weber destacou, como grande característica da modernidade, a racionalização, admitindo, em sua teoria política, a necessidade de burocratizar o sistema político para evitar oportunismos. Já sobre a religião, ele a considerou com legalidade própria e autonomia relativa, uma instituição que reflete a sociedade e pode alterá-la, inclusive pode influenciar fortemente a ação do indivíduo e a estrutura social, mas vê seu espaço cada vez mais restrito.

Enfim, os estudos de Durkheim contribuíram especialmente na distinção que fez entre solidariedade mecânica e orgânica com vista à coesão social; contribuíram, também, na explicação do acima referido conceito de anomia; eles tenderam à epistemologia holística, primada pelo objeto e conduziram o sociólogo francês a uma abordagem metodológica funcionalista. Em contrapartida, os estudos de Weber o guiaram para uma abordagem metodológica interacionista simbólica, na perspectiva da sociologia compreensiva da ação social. Tendentes à epistemologia individualista, primada do sujeito, seus trabalhos favoreceram especialmente o estudo sobre burocracia, crenças e valores religiosos como elementos influentes na mudança social.

Deixa-se claro que tais divergências não são irreconciliáveis, excludentes. Elas ocorrem devido à diferença de ponto de partida de cada um: a ótica de análise de Durkheim é externa e a de Weber é interna; portanto, ambos devem ser estudados numa perspectiva de complementação.

Quadro: Algumas divergências metodológicas

DURKHEIM	WEBER
Colocou em evidência o papel da moral, da solidariedade, da diferenciação social e do social como realidade emergente.	Colocou em evidência a compreensão do sentido (uma visão evolutiva sofisticada e plural sobre valores e motivações da ação) e a relação entre ideias, instituições e interesses.
Enfatizou a influência mensurável e objetiva nos indivíduos.	Enfatizou os significados subjetivos dos indivíduos sobre seu próprio comportamento e demonstrou uma compreensão mais profunda da sociedade.
Cunhou o fato social para indicar que havia forças externas ao indivíduo a afetarem o seu comportamento; e, para explicar isso, utilizou-se de taxas de suicídio.	Cunhou o tipo ideal – esquema elaborado para representar conceitos genéricos, isto é, protótipos com os quais se compara a realidade empírica.
Considerou a religião um sistema de forças, mais que de ideias; ela é a expressão da sociedade e que, por desempenhar um papel de coesão social, sempre terá o seu espaço.	Considerou a religião com legalidade própria, autonomia relativa; reflete a sociedade e pode alterá-la; pode influenciar fortemente a ação do indivíduo e a estrutura social; seu espaço será cada vez mais restrito.
Admitiu, em sua teoria política, a necessidade de uma nova moral (transcendente à religião) niveladora do descompasso entre estrutura e interação social.	Admitiu, em sua teoria política, a necessidade de burocratizar o sistema político para evitar oportunismos.

Destacou, em sua teoria da modernidade, a anomia (ausência de normas sociais e morais) como o grande problema do mundo moderno.	Destacou, em sua teoria da modernidade, a racionalização como grande característica da modernidade.
Contribuiu especialmente na distinção que fez entre solidariedade mecânica e orgânica com vista à coesão social e na explicação do conceito de anomia.	Contribuiu especialmente com o estudo sobre burocracia, crenças e valores religiosos como elementos influentes na mudança social.
Tendeu à epistemologia holística, primada pelo objeto.	Tendeu à epistemologia individualista, primada do sujeito.
Seus escritos o conduziram a uma abordagem metodológica funcionalista.	Seus escritos o conduziram a uma abordagem metodológica interacionista simbólica na perspectiva sociologia compreensiva da ação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, numa primeira instância, contextualizar o momento de produção das obras de Durkheim e Weber (dois clássicos pioneiros da Sociologia) e, a partir daí, buscar um conhecimento melhor sobre o que compete ou não à Sociologia em face da sociedade. Por fim, chegou-se à parte em que se apontam convergências e divergências entre as posições desses teóricos.

Frisa-se que os dados apontados e discutidos neste estudo serviram como reflexões sem quaisquer pretensões de exaurir particularidades pertinentes a esses sociólogos e respectivas obras, mas sim de provocar o interesse do leitor a se aprofundar nelas, até porque a complexidade, riqueza e abrangência delas (a despeito de certas limitações) constituem-se um desafio de síntese teórica, mas nem por isso deixa de ser envolvente, tanto pelas muitas relações que possibilitam quanto pelo seu caráter atemporal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 17. ed. Trad.: Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Nacional, 2002.

DURKHEIM, Émile. Sociologia e ciências sociais. In: DURKHEIM, Émile. **A ciência social e a ação**. Trad.: Inês D. Ferreira. São Paulo: Difel, 1975.

DURKHEIM, Émile. **Las formas elementales de la vida religiosa**. Buenos Aires: Schapire, 1968.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 4. ed. Trad.: Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber: sociologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Trad.: Augustin Wernet. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 109.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad.: Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: UnB, 1998. v. 1.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. Max Weber. **Ensaio de Sociologia**. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.